

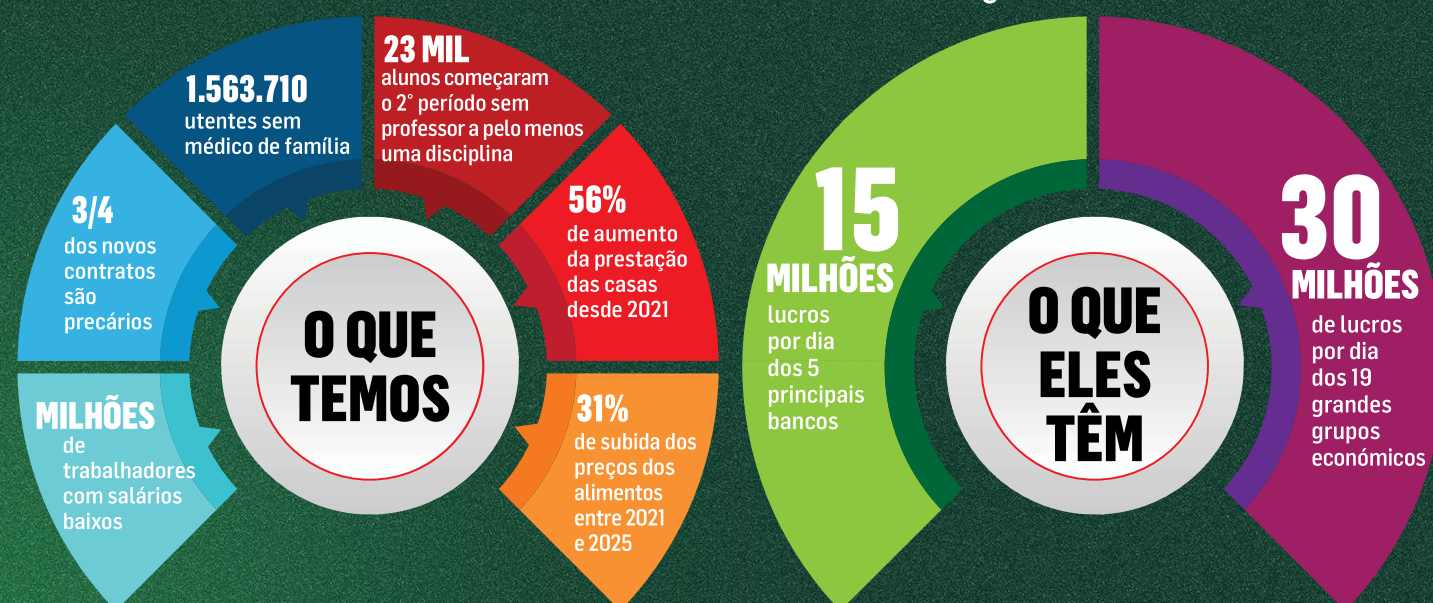
A Greve Geral realizada no dia 11 de Dezembro foi uma poderosa resposta dos trabalhadores a este ataque. O Pacote Laboral foi rejeitado, mas a luta tem que continuar para o derrotar.

ABAIXO O PACOTE LABORAL

Não aceitamos retrocessos, exigimos um outro rumo e uma outra política que defenda e reforce os Serviços Públicos e as Funções Sociais do Estado, que defenda e reforce o Serviço Nacional de Saúde, a Segurança Social pública, universal e solidária, a Escola Pública, que garanta o direito à Habitação, respeitando e cumprindo o consagrado na Constituição da República Portuguesa.

O QUE QUEREM O GOVERNO E OS PATRÕES COM O PACOTE LABORAL?

Querem perpetuar os baixos salários, impor os despedimentos sem justa causa, agravar e eternizar a precariedade, desregular e prolongar ainda mais os horários de trabalho, atacar os direitos de maternidade e paternidade, destruir a contratação colectiva e os direitos nela consagrados, atacar a liberdade sindical e o direito de greve.



HÁ SOLUÇÕES! VAMOS LUTAR POR ELAS!



Revogação das normas gravosas da legislação laboral, reposição do direito de contratação colectiva.

Erradicar a precariedade.

Fim da desregulação dos horários de trabalho.

Redução do horário para as 35 horas de trabalho semanal para todos, sem redução de salário.

Aumento das pensões de reforma.

Aplicação dos direitos de Abril que a Constituição consagra.

Por um outro rumo para o País, no qual o trabalho e os trabalhadores estejam no centro de uma política de desenvolvimento e progresso.

28
FEVEREIRO

TODOS À MANIFESTAÇÃO NACIONAL

PORTO 10H30

PRAÇA DA REPÚBLICA/AV. DOS ALIADOS

LISBOA 14H30

CAIS DO SODRÉ/ROSSIO

MANIF. NACIONAL

28
FEVEREIRO

WWW.STAL.PT

PORTO 10H30

PRAÇA DA REPÚBLICA/AV. DOS ALIADOS

LISBOA 14H30

CAIS DO SODRÉ/ROSSIO



ABAIXO O PACOTE LABORAL

É POSSÍVEL
UMA VIDA MELHOR
MAIS SALÁRIO, DIREITOS
E SERVIÇOS PÚBLICOS

O Governo tem em marcha um ataque que visa aumentar a exploração e as desigualdades!
O Pacote Laboral é o instrumento para atingir esses objectivos!
A receita é sempre a mesma: reduzir os salários e fragilizar os direitos dos trabalhadores.

É necessário um aumento
geral e significativo
dos salários

15% com um
mínimo de 150€
para todos

SMN
1050€

É URGENTE

Porque há, cada vez mais, trabalhadores que não conseguem aceder a bens e serviços essenciais: habitação, medicamentos, alimentação, energia, etc...

É POSSÍVEL

Porque a riqueza criada no País permite que se faça outra distribuição por quem a produz: os trabalhadores. Que a riqueza vá, sobretudo, para os bolsos dos trabalhadores e menos para os bolsos dos donos e accionistas das grandes empresas.

É NECESSÁRIO

Para valorizar e fixar no nosso País todos os que aqui querem viver e trabalhar e para o País avançar.

PREÇOS SEMPRE A SUBIR E PODER DE COMPRA SEMPRE A DESCER

LUTAR POR MAIS DIREITOS, MELHORES SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO!

Continua a luta contra o “pacote laboral” e pela actualização significativa dos salários, que consta da «PRC2026», mas que o Governo ignora, insistindo na “farsa negocial” e em aplicar o “acordo de empobrecimento” assinado com outras estruturas sindicais.

A subida dos preços é uma das certezas que os trabalhadores têm no início de cada novo ano. Tal como a redução do seu poder de compra, que, também em 2026, voltará a diminuir para os trabalhadores da Administração Pública, e em especial para os da Administração Local. O governo PSD-CDS optou pelo empobrecimento dos trabalhadores ao actualizar os salários em apenas 2,15% e o subsídio de refeição em 0,15 €, enquanto os preços dos bens alimentares não páram de aumentar: só em Janeiro, o “cabaz alimentar” está 10 € mais caro! Ou seja, o aumento dos preços é muito superior à actualização salarial.

Segundo a Entidade Orçamental, o Governo fechou 2025 com um excedente orçamental de quase 1,3 mil milhões de euros (+885,5 M€ face a 2024), com destaque para a subida da receita fiscal (IRS +9,2% e IVA +10,3%) –, e premiou os principais grupos económicos com “borlas” e benefícios fiscais no valor de 2000 M€, para atingirem lucros recordes.

Perante esta afronta, os trabalhadores reafirmam: “Basta de empobrecer, enquanto os mesmos de sempre continuam a enriquecer!”

AUMENTO DO SALÁRIO É PARA JÁ!

O Governo, com o apoio e “aplausos” de outras estruturas sindicais, impõe um programa de empobrecimento até 2029, recusando negociar com a Frente Comum e traindo as reivindicações dos trabalhadores. A “Proposta Reivindicativa Comum” para 2026 inclui 73 medidas de valorização dos trabalhadores e dos Serviços Públicos, cujas prioridades são:

- » Aumento intercalar de todos os salários na Administração Pública;
- » Reposição e valorização de todas as carreiras e profissões;
- » Revogação do SIADAP;
- » Reversão do caminho de destruição dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado;
- » Reposição/atribuição do vínculo de nomeação definitiva;
- » Reposição integral do direito à indemnização por acidente de trabalho e/ou doença profissional.

A estas reivindicações, o STAL soma as específicas do sector:

- » SPI abrangente e actualizado, e a inclusão do factor Risco;
- » Regulamentação das Profissões de Desgaste Rápido;
- » Suplemento de Disponibilidade e Piquete;
- » 35H semanais, sem adaptabilidade, para todos os trabalhadores.

EXERCÍCIO TRU – 2026		
NÍVEL	2026	EXEMPLO DE CORRECÇÃO

1	934,99	934,99
2	934,99	983,00
3	934,99	1035,63
4	934,99	1074,56
5	934,99	1130,72
6	983,00	1183,35
7	1035,63	1236,00
8	1074,56	1288,62
9	1130,72	1341,25
10	1183,35	1393,88
11	1236,00	1446,51
12	1288,62	1499,15
13	1341,25	1551,78
14	1393,88	1604,41
15	1446,51	1657,04
16	1499,15	1709,68
17	1551,78	1762,31
18	1604,41	1814,94
19	1657,04	1867,57
20	1709,68	1920,20
21	1762,31	1974,41
22	1814,94	2028,62
23	1867,57	2082,84
24	1920,20	2137,05
25	1974,41	2191,27
26	2028,62	2245,48
27	2082,84	2299,69
28	2137,05	2353,90
29	2191,27	2408,11
30	2245,48	2462,31

EXERCÍCIO TRU – 2026		
NÍVEL	2026	EXEMPLO DE CORRECÇÃO

31	2299,69	2516,53
32	2353,90	2570,73
33	2408,11	2624,97
34	2462,31	2679,17
35	2516,53	2734,36
36	2570,73	2790,67
37	2624,97	2847,25
38	2679,17	2904,18
39	2734,36	2961,88
40	2790,67	3019,58
41	2847,25	3077,29
42	2904,18	3134,97
43	2961,89	3192,67
44	3019,58	3250,36
45	3077,29	3308,07
46	3134,97	3365,77
47	3192,67	3423,48
48	3250,36	3481,16
49	3308,07	3538,86
50	3365,77	3596,57
51	3423,48	3654,25
52	3481,16	3711,96
53	3538,86	3769,65
54	3596,57	3827,36
55	3654,25	3885,04
56	3711,96	3942,74
57	3769,65	4000,44
58	3827,36	4058,14

Base Remuneratória da Administração Pública (BRAP em 2026 = 934,99 €).



É URGENTE CORRIGIR A TRU!

A TRU/Tabela Salarial para 2026 aqui publicada contém uma coluna com um exemplo de correcção. NÃO É A QUE O STAL DEFENDE, mas apenas uma actualização decorrente da Base Remuneratória da Administração Pública (934,99 €), mínima, mas fundamental, sob o pressuposto de que o valor mínimo deve corresponder ao Nível 1 e não ao 5. Sob este pressuposto, construímos uma tabela corrigida, o que deveria implicar uma profunda reestruturação da TRU, atenta à sua degradação, decorrente do facto de o Governo considerar que o Nível 5 é de valor igual aos anteriores, de 1 a 4, violando grosseiramente a estrutura da TRU de 2009.

WWW.STAL.PT

